

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

JÉSSICA TELES SCHLEMMER

DESAFIOS NA ATUAÇÃO NO CONTEXTO DO PARTO E NASCIMENTO:
PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS

PORTO ALEGRE
SETEMBRO/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

DESAFIOS NA ATUAÇÃO NO CONTEXTO DO PARTO E NASCIMENTO:
PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS

Trabalho de Conclusão apresentado como
requisito parcial para obtenção do título
Especialista em Saúde Pública pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Camila Giugliani
Aluna: Jéssica Teles Schlemmer

PORTO ALEGRE
SETEMBRO/2024

CIP - Catalogação na Publicação

Schlemmer, Jéssica Teles
DESAFIOS NA ATUAÇÃO NO CONTEXTO DO PARTO E
NASCIMENTO: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS /
Jéssica Teles Schlemmer. -- 2024.
43 f.
Orientadora: Camila Giugliani.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Especialização em Saúde Pública, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. parto. 2. enfermagem obstétrica. 3. humanização
do nascimento. I. Giugliani, Camila, orient. II.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

JÉSSICA TELES SCHLEMMER

DESAFIOS NA ATUAÇÃO NO CONTEXTO DO PARTO E NASCIMENTO:
PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS

Trabalho de Conclusão apresentado à
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do
título Especialista em Saúde Pública.

Aprovado em _____ de _____ de 2024.

Banca Examinadora

(Profª Drª Camila Giugliani – UFRGS)

(Nome/Titulação/Instituição)

(Nome/Titulação/Instituição)

SUMÁRIO

MINI CURRÍCULO APRESENTADO AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA.....	5
1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO	11
4 PERCURSO METODOLÓGICO	12
<i>4.1 Delineamento do estudo.....</i>	<i>12</i>
<i>4.2 Cenário de coleta.....</i>	<i>12</i>
<i>4.3 Participantes do estudo.....</i>	<i>12</i>
<i>4.3.2 Critérios de inclusão.....</i>	<i>13</i>
<i>4.3.3 Critérios de exclusão</i>	<i>13</i>
<i>4.4 Coleta dos dados.....</i>	<i>14</i>
<i>4.5 Análise e interpretação dos dados.....</i>	<i>14</i>
<i>4.6 Aspectos éticos.....</i>	<i>15</i>
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
<i>5.1 Caracterização das participantes.....</i>	<i>16</i>
<i>5.2 Categorização temática.....</i>	<i>17</i>
6. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	18
REFERÊNCIAS	20
APÊNDICE A - CARTA CONVITE POR VIA ELETRÔNICA	26
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA A ENFERMEIRAS OBSTETRAS.....	27
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	28
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	30

MINI CURRÍCULO APRESENTADO AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação (PPGENF) em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Sociedade de Educação Três de Maio/RS (SETREM), com realização das práticas de parto na Maternidade Darcy Vargas em Joinville/SC. Atua como Docente do Departamento de Enfermagem Materno-infantil (DEMI) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Perinatologia (GPP) na Escola de Enfermagem da UFRGS. Possui experiência assistencial, de pesquisa, de gerenciamento e de docência no cuidado às mulheres e aos recém-nascidos. Área de pesquisa e atuação: cuidado às mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, saúde pública e atenção à mulher e ao recém-nascido, aleitamento materno, cuidado ao recém-nascido a termo e prematuro tardio, humanização da assistência ao parto e nascimento, ensino de enfermagem, ensino multidisciplinar em saúde materno-infantil.

RESUMO

Esse trabalho objetivou conhecer a percepção de enfermeiras obstetras sobre os desafios que encontram na atuação assistencial em centros obstétricos hospitalares. Foi realizado através do método de estudo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa com 12 enfermeiras obstetras que atuam em oito centros obstétricos do município de Porto Alegre/RS. O recrutamento foi realizado pela técnica de *snowball*, e a coleta dos dados ocorreu com aplicação de instrumento semi-estruturado por via eletrônica, durante o período de setembro a novembro de 2023. A técnica de análise dos dados foi do tipo temática. A análise e interpretação do conteúdo obtido a partir da percepção das enfermeiras obstetras sobre sua atuação profissional propiciou duas categorias temáticas: 1) desafios da enfermeira obstetra para o protagonismo na assistência ao parto; e 2) alternativas para atuação da enfermeira obstetra na cena do parto. Há precariedade de incentivo à formação de enfermeiras obstetras na atualidade. Este fato parece estar atrelado à forma como os nascimentos são conduzidos e nas intervenções realizadas no processo de parturição no modelo atual. Evidenciou-se que a prática das enfermeiras obstetras nos espaços intra-hospitalares é marcada por atividades gerenciais, rotineiras da assistência de enfermagem e foi possível compreender que há sobrecarga das equipes de enfermagem nesses espaços. Tal cenário afasta profissionais qualificadas para o atendimento de partos em detrimento de atividades gerenciais que poderiam ser conduzidas por enfermeiras generalistas. Observa-se dificuldade de comunicação entre equipes médicas e de enfermagem referente às decisões de conduta obstétrica. Há um modelo com marcada hierarquia, que foge do colaborativo. Últimas considerações: A realidade atual dos centros obstétricos afasta enfermeiras com formação para o parto do cenário assistencial, gerando ausência de autonomia a estas profissionais quando se trata das condutas obstétricas. É necessário que haja maior envolvimento dos gestores públicos e institucionais para mudança do modelo de atenção ao parto atual.

Palavras-chave: *Autonomia Profissional; Enfermagem Obstétrica; Parto; Salas de Parto.*

ABSTRACT

This work aimed to understand the perception of obstetric nurses about the challenges they encounter while providing care in hospital obstetric centers. It was carried out using the exploratory-descriptive study method, with a qualitative approach with 12 obstetric nurses who work in eight obstetric centers in the city of Porto Alegre/RS. Recruitment was carried out using the snowball technique, and data collection occurred using a semi-structured instrument electronically, during the period from September to November, 2023. The data analysis technique was of the thematic type. The analysis and interpretation of the content obtained from the obstetric nurses' perception of their professional performance provided two thematic categories: 1) obstetric nurses' challenges in taking a leading role in childbirth care; and 2) alternatives for the obstetric nurse's role in the birth scene. Currently, there is a lack of incentives for the training of obstetric nurses. This fact seems to be related to the way births are conducted and the interventions carried out in the birth process in the current model. It was evident that the practice of obstetric nurses in intra-hospital spaces is marked by managerial activities, routine nursing care and it was possible to understand that there is an overload of nursing teams in these spaces. This scenario removes qualified professionals from attending births to the detriment of management activities that could be carried out by generalist nurses. There is difficulty in communication between medical and nursing teams regarding obstetric management decisions. There is a model with a marked hierarchy, which deviates from collaboration. Final considerations: The current reality of obstetric centers removes nurses trained in childbirth from the care setting, creating a lack of autonomy for these professionals when it comes to obstetric procedures. There needs to be greater involvement from public and institutional managers to change the current delivery care model.

Keywords: *Professional Autonomy; Obstetric Nursing; Childbirth; Delivery Rooms.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CENTROS OBSTÉTRICOS HOSPITALARES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL, que foi apreciada pela Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (COMPESQ/Eenf) e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da mesma universidade sob o número do projeto 2153539 e CAAE 70135423.6.0000.5347.

O nascimento é um processo que envolve fatores culturais, sociais, econômicos e até mesmo políticos. Apesar de haver consenso na ciência sobre a importância do respeito à fisiologia nesse processo, este ainda é um desafio a ser enfrentado. Nas últimas décadas, o parto migrou do ambiente doméstico para o hospitalar (PRUSS, 2014; VENDRÚSCULO; KRUEL, 2015). Esse fenômeno, em um primeiro momento, acarretou na diminuição da mortalidade materna e neonatal, no entanto, as evidências científicas já demonstraram que intervenções desnecessárias colocam em risco o binômio mãe-bebê, aumentando o risco de morbimortalidade (REIS et al., 2015; GAMA et al., 2021).

Políticas públicas e recomendações, tanto da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto do Ministério da Saúde do Brasil (MS), convergem sobre a importância da enfermeira obstetra no cenário de assistência ao parto (BRASIL, 2017). Nascimentos assistidos por estas profissionais têm menos intervenções e maior respeito à fisiologia, o que acarreta em menor mortalidade, afirmando-se pela segurança nos atendimentos assistidos por estas profissionais (REIS et al., 2015; GAMA et al., 2021).

Regulamentada em 1986, a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem define que a assistência ao parto sem distocia é uma atribuição profissional de enfermeiros generalistas (BRASIL, 1986). Ainda, de acordo com as diretrizes nacionais de assistência ao parto normal, a assistência a gestações de baixo risco é atribuição que compete ao enfermeiro(a) obstetra e de obstetras (BRASIL, 2017).

Atualmente no Brasil, apesar das evidências científicas e recomendações dos órgãos de regulamentação da saúde, os nascimentos são marcados por diversas intervenções por vezes desnecessárias, sem o consentimento das mulheres e medicalizados o que perpetua a cultura de que parir é um evento doloroso e de

risco. No Brasil, anualmente, ocorrem 3 milhões de nascimentos; destes, 98% acontecem em ambiente hospitalar, sejam públicos ou privados.

O Brasil possui a segunda maior taxa de cesariana do mundo: 56,3% no ano de 2019 e 57,2% em 2020 (BRASIL, 2020). Relativo ao parto normal, no Brasil, a assistência por enfermeiras obstetras não prevalece. Apesar da legislação profissional da enfermagem garantindo essa atuação, a falta de visibilidade em nível sociocultural dificulta o seu agir autônomo. Essa premissa afeta em grande parte o cenário obstétrico brasileiro, em que o profissional enfermeiro é ainda pouco inserido na atenção ao parto e nascimento (JESUS; SAID, 2008).

Em 2020, ocorreram aproximadamente 2 milhões e 800 mil nascimentos no Brasil; destes, apenas cerca de 1 milhão e 166 mil (42,8%) foram partos vaginais, o que corresponde a pelo menos 57% de assistências necessariamente intervencionistas por serem cirúrgicas. No estado do Rio Grande do Sul, foram registrados 130.742 nascimentos em 2020, e, destes, apenas 47.105 foram partos vaginais (36%). Mais especificamente em Porto Alegre, dos 15.687 nascimentos, 50,6% foram por via vaginal (BRASIL, 2020). Segundo o Painel de Indicadores de Atenção Materna e Neonatal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que contempla os indicadores específicos da atenção no setor privado e predominantemente hospitalar, em 2019, 84,76% dos nascimentos foram cesarianas. Destas, 56,71% aconteceram antes do início do trabalho de parto (BRASIL, 2021a; ANS, 2021).

Este panorama evidencia que o Brasil está marcado por nascimentos medicalizados, com excesso de intervenções e que não colocam a mulher como centro do processo. Além disso, no Brasil, criou-se uma cultura de que as intervenções, a medicalização e especialmente a cesariana trazem segurança e controle ao processo de nascimento. De acordo com Galvão et al. (2023) e Campbell (2021), a medicalização do parto realmente se exerce por meio de um poder camuflado que impõe a deslegitimação do protagonismo da mulher e dá ao(a) médico(a) o protagonismo na assistência obstétrica.

Nicácio et al. (2016) sugerem que o hospital é o cenário mais difícil para o exercício profissional do enfermeiro obstetra, pela ampla gama de condutas biomédicas interventoras e pelo fato dos médicos serem os profissionais mais influentes e culturalmente aceitos na condução da assistência prestada. Além disso, há uma relação de dominação e subordinação entre médicos e enfermeiros no

contexto hospitalar, com posição hierárquica do médico acima da enfermagem, da instituição e por vezes dos próprios pacientes (SANTOS et al., 2019).

O painel da ANS de 2021 revela que dos 44 mil partos de risco habitual, apenas 10,76% foram assistidos por enfermeiras(os) obstetras (BRASIL, 2021a; ANS, 2021). Estes dados indicam que a inserção da enfermeira obstetra ainda é um desafio a ser suplantado nas maternidades brasileiras.

Pesquisa realizada em 571 maternidades vinculadas à Rede Cegonha revelou que dos partos vaginais que ocorreram nesses locais, 30% foram assistidos por enfermeiras, chegando a 46% no Norte do país, oposto ao que se encontra nas regiões Centro-Oeste e Sul, com 19,6% e 18,5%, respectivamente. A assistência ao parto por enfermeiras também foi mais realizada em municípios do interior (GAMA et al. 2021).

Apesar dos avanços indiscutíveis da tecnologia, fica evidente que o Brasil precisa melhorar o modelo de atenção ao parto e nascimento, superando fatores culturais enraizados na sociedade e um histórico que prejudica a fisiologia do parto e a autonomia das mulheres. Tendo em vista o cenário de atenção ao parto e nascimento no Brasil, com taxas de intervenções obstétricas elevadas e pouca adesão às recomendações da OMS, considerando as dificuldades existentes nas relações entre os atores que prestam assistência às mulheres em ambiente hospitalar, tem-se como questão de pesquisa: quais são os desafios para atuação no parto e nascimento a partir das percepções de enfermeiras obstetras atuantes em Centros Obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil?

2 OBJETIVO

Conhecer a percepção de enfermeiras obstetras sobre os desafios que encontram na atuação no contexto do parto e nascimento em centros obstétricos da cidade de Porto Alegre.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para este estudo, foram utilizados dados da pesquisa intitulada: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CENTROS OBSTÉTRICOS HOSPITALARES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL, coletados no ano de 2023.

4.1 Delineamento do estudo

Foi realizado um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Polit e Beck (2011), a abordagem qualitativa é flexível e holística, isto é, ajusta-se ao que é pretendido durante a coleta de informações e busca a compreensão do todo, com a finalidade de conhecer ou aprofundar fenômenos, opiniões ou percepções, proporcionando familiaridade com um problema e a possibilidade de desvendar a natureza complexa de experiências e interações e os diversos modos pelos quais um fenômeno se manifesta.

4.2 Cenário de coleta

A coleta de dados foi realizada de forma online, via ferramenta formulários do Google, com enfermeiras obstetras atuantes em centros obstétricos de Porto Alegre/RS. A coleta ocorreu em um período aproximado de 2 meses, entre a segunda semana de setembro e a primeira semana de novembro do ano de 2023, após a aprovação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética.

4.3 Participantes do estudo

As informações foram coletadas com 12 enfermeiras obstetras atuantes em oito maternidades em diferentes centros obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre e que aceitaram participar da pesquisa, com a captação das participantes tendo acontecido por meio da técnica de *snowball* (bola de neve).

A técnica de *snowball*, segundo Polit e Beck (2011), consiste em uma amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência para a seleção dos participantes, em que a primeira pessoa da amostra é selecionada intencionalmente por convite, e as demais selecionadas a partir de indicações sucessivas dos participantes, em prol da solicitação, feita pela pesquisadora, de novos contatos com as características necessárias para a compreensão do fenômeno pela rede pessoal e profissional dos previamente selecionados. Os dados foram coletados até o momento em que foram identificadas similaridades e repetições de temas e de respostas entre as falas das participantes durante a coleta e posterior análise dos dados, assim houve a saturação dos dados. (VINUTO, 2014).

A captação dos participantes disparadores da cadeia foi realizada por um convite direto via e-mail ou via contato telefônico conforme o modelo disponível no APÊNDICE A. Ambas as formas de contato aconteceram de forma individual, com conteúdo textual que explicou o interesse em conhecer a perspectiva do possível participante sobre o tema pesquisado, além da inserção em anexo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a anuência dos convidados, de acordo com a Carta Circular nº1 do CONEP. (BRASIL, 2021b).

Assim, chegou-se a 12 participantes de pesquisa, enfermeiras obstetras que atuam em oito diferentes centros obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre, de administração privada, pública e mista, e que aceitaram participar do estudo. As participantes foram nomeadas Enfermeiras Obstetras com o uso da sigla “EO” e numeradas de 1 a 12, de forma aleatória.

4.3.2 Critérios de inclusão

Os critérios de inclusão foram: profissionais que possuem o título de enfermeiro obstetra; e estar atuando como enfermeiro obstetra há mais de 6 meses.

4.3.3 Critérios de exclusão

Os critérios de exclusão foram: enfermeiras obstetras que não atuam em ambiente hospitalar.

4.4 Coleta dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio do envio, via e-mail, de um formulário online estruturado com perguntas abertas (APÊNDICE B) após o aceite do convite formal (APÊNDICE A). O formulário estruturado com perguntas abertas foi proposto a fim de garantir que as questões norteadoras sejam enfocadas e que, ao mesmo tempo, os participantes pudessem responder livremente aos tópicos incluídos no roteiro (Polit e Beck, 2011). O formulário possuía três páginas principais: a primeira com a introdução do trabalho e o TCLE para aceite ou recusa; a segunda para identificação do participante, tempo e local de atuação profissional; e a terceira com as questões da pesquisa.

4.5 Análise e interpretação dos dados

A análise qualitativa dos dados obtidos ocorreu por meio da análise temática de conteúdo proposta por Minayo (2014), em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento e interpretação dos resultados.

Na etapa de pré-análise, foram definidas as unidades de significado a partir da retomada das questões norteadoras e dos objetivos da pesquisa. Além disso, levaram-se em conta os elementos obtidos a partir da decomposição do conjunto das informações coletadas que se mostram significativas para a formação dos temas descritivos, elaborando indicadores que orientem a compreensão e interpretação dos dados.

Na exploração do material, foram construídos os temas do estudo a partir do agrupamento das unidades de significado, realizando-se uma operação classificatória que visou alcançar o núcleo de compreensão do texto, por diferenciação e agregação dos elementos constitutivos de um conjunto por similaridades, em que o texto foi reduzido a expressões e palavras significativas à pesquisa.

Na terceira etapa, de tratamento e interpretação dos dados, houve a análise dos resultados brutos, a busca de tendências e outras características da análise, destacando as informações mais relevantes para a formação dos temas caracterizados como sendo unidades em torno das quais poderemos obter uma conclusão ou interpretação, relacionada com a teoria previamente apresentada pela revisão da literatura, podendo também surgir a abertura de novas dimensões teóricas sobre o tema pesquisado.

4.6 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi realizada com base nas exigências éticas presentes na Resolução nº 516 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016b). São respeitados os itens da Resolução nº 466 de 2012 do CNS, que se refere às normas éticas que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil (Brasil, 2012). Também foram respeitados os itens da Resolução nº 510 de 2016, que dispõe sobre a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (Brasil, 2016a), e as orientações quanto à pesquisa realizada em ambiente virtual da Carta Circular nº 1/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a fim de preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes (Brasil, 2021b).

Primeiramente, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Pesquisa (COMPESQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, após aprovado, foi cadastrado na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade para a aprovação em parecer de número 6.291.591 e CAAE 70135423.6.0000.5347 (ANEXO A).

Posteriormente às aprovações éticas, os possíveis participantes foram contatados para que ocorresse a apresentação da pesquisa e o envio prévio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (APÊNDICE C), o qual contempla de forma clara aos participantes o objetivo deste estudo, a utilização e o armazenamento seguros dos dados obtidos, a confidencialidade desses dados e o anonimato dos participantes. Os dados coletados estão protegidos com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709 de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil, 2018b).

Além disso, os participantes tiveram a liberdade de se retirarem da pesquisa em qualquer momento da coleta, se fosse a escolha, sendo respeitada a autonomia e o livre arbítrio dos participantes, ficando sob responsabilidade da pesquisadora a garantia de que os danos fossem evitados e os riscos como cansaço, aborrecimento, desconforto e quebra de anonimato ao responder o questionário, além daqueles relacionados ao ambiente virtual (como acessos indevidos) fossem mínimos aos

participantes, priorizando os benefícios do estudo para a população estudada e a área em questão. O conhecimento adquirido é disponibilizado aos participantes no formato da versão final do TCC. Outras publicações e participações poderão ser realizadas para que a pesquisa tenha maior alcance na comunidade acadêmica, gestores e população em geral, incluindo artigos originais, participação em eventos científicos, apresentação para órgãos de interesse na temática e base para demais estudos.

Os dados coletados foram armazenados seguramente pela pesquisadora e estarão à disposição da comunidade acadêmica e comunidade em geral durante cinco anos; após esse período, serão incinerados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil das participantes e os resultados obtidos neste estudo, a partir da análise e interpretação dos dados, em associação com a discussão baseada na literatura, são elencados no decorrer desta seção.

5.1 Caracterização das participantes

A relação de participantes foi composta por 12 enfermeiras obstetras (EOs), identificadas nesta pesquisa como EO1 a EO12. Todas as participantes foram do sexo feminino e suas idades variaram de 28 a 59 anos, sendo a média de 37 anos. Quanto ao tempo de graduadas em enfermagem, sete (58,3%) eram enfermeiras havia mais de 10 anos, três (25%) entre 5 e 10 anos e duas (16,6%) havia menos de 5 anos. Dez (83,3%) das enfermeiras obstetras realizaram como especialização a Pós-Graduação em Enfermagem Obstétrica e duas (16,6%) realizaram o programa de Residência em Enfermagem Obstétrica. Quatro enfermeiras atuavam em hospitais 100% públicos, ou seja, que não possuem atendimento por convênio privado, três em hospitais 100% privados e cinco em dois hospitais de administração mista, contemplando 100% das maternidades em operação na cidade atualmente, que totalizam oito. Dentre os hospitais mistos, é importante salientar que um deles se autodenomina um hospital público e universitário, porém contempla uma porcentagem de leitos privados e de convênios, e o centro obstétrico também possui

pacientes com procedimentos agendados por meios particulares; e o outro é um hospital filantrópico, com pacientes particulares, de convênios e do setor público, com 26 leitos da maternidade sendo de acesso público.

5.2 Categorização temática

A análise e interpretação do conteúdo obtido a partir da percepção das enfermeiras obstetras sobre sua atuação profissional propiciou a abertura de duas categorias temáticas principais, que foram: **1) desafios da enfermeira obstetra para o protagonismo na assistência ao parto; e 2) alternativas para atuação da enfermeira obstetra na cena do parto.**

6. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Considera-se que este estudo atingiu o objetivo de conhecer a percepção de enfermeiras obstetras de Porto Alegre sobre os desafios que encontram na atuação ao parto e nascimento em centros obstétricos da cidade. Assim, as falas permitiram elucidar a compreensão de que as mudanças históricas e culturais no processo de parturição repercutem nas relações e na assistência às mulheres.

Além disso, identificou-se que há precariedade de incentivo à formação de enfermeiras obstetras na atualidade. Este fato parece estar atrelado à forma como os nascimentos são conduzidos e nas intervenções realizadas no processo de parturição no modelo atual, tendo em vista que a enfermeira obstetra é profissional qualificada e reconhecida pelo respeito à fisiologia do processo.

É necessário que as instituições estejam envolvidas e acreditem em uma mudança estrutural do modelo obstétrico. Ressalta-se que este estudo foi desenvolvido na cidade de Porto Alegre, município que não conta com nenhum Centro de Parto Normal em sua rede de atenção ou possui incentivo ao atendimento do parto realizado por enfermeiras obstetras. A atenção ao parto é um dos temas de discussão na saúde pública, pois está diretamente atrelada à mortalidade materna, neonatal e nas repercussões que uma assistência não baseada em evidências pode acarretar na vida de mulheres, crianças e suas famílias.

A presente pesquisa evidenciou que a prática das enfermeiras obstetras nos espaços intra-hospitalares é marcada por atividades gerenciais, rotineiras da assistência de enfermagem e, pelas falas, foi possível compreender que há sobrecarga das equipes de enfermagem nesses espaços. Tal cenário afasta profissionais qualificadas para o atendimento de partos em detrimento de atividades gerenciais que poderiam ser conduzidas por enfermeiras generalistas. A realidade atual dos centros obstétricos afasta enfermeiras com formação para o parto da cena assistencial, gerando ausência de autonomia a estas profissionais quando se trata das condutas obstétricas.

Nos cenários de atuação das enfermeiras obstetras colaboradoras deste estudo, parece haver dificuldades de comunicação entre equipes médicas e de enfermagem no que diz respeito a decisões de conduta obstétrica. Pelas falas, foi possível identificar que as condutas são marcadas por decisões médicas em um

modelo com marcada hierarquia, que foge do colaborativo. Esta realidade traz repercussões para os nascimentos e para a saúde de mulheres e recém-nascidos.

Por último, as enfermeiras obstetras que participaram desta pesquisa entendem que a busca por conhecimento e por evidências científicas pode ser um pilar para a construção de autonomia no cenário do parto. Contudo, também compreendem que se trata de uma construção multifatorial, em que é fundamental o apoio de gestores, de chefes de unidades de centro obstétrico e de políticas públicas que incentivem a assistência ao parto realizada por estas profissionais.

A coleta de dados realizada em ambiente eletrônico é uma limitação deste estudo. Sugere-se que haja mais pesquisas no formato presencial, para conhecer com mais profundidade as dinâmicas de trabalho, e pesquisas de campo que permitam aos pesquisadores aproximar-se de toda a equipe que presta assistência obstétrica.

Os elementos expostos nesta pesquisa ajudam a elucidar e a avançar no aprofundamento do conhecimento sobre os enfrentamentos vivenciados por enfermeiras obstetras que atuam em ambiente hospitalar, trazendo implicações para a prática. Acredita-se que esta pesquisa possa subsidiar e ampliar as discussões sobre o tema a fim de colaborar para a transformação do modelo obstétrico atual.

REFERÊNCIAS

ANS- Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Painel de indicadores de atenção materna e neonatal**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzBjZGI5YmMtOTExNy00MjVhLTk2NmMtN2NiOTYyNWVhYWE1IiwidCI6IjlkYmE0ODBlTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ANGULO-TUESTA, Antonia et al. Saberes e práticas de enfermeiros e obstetras: cooperação e conflito na assistência ao parto. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 5, p. 1425-1436, out. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2003000500021>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ARAÚJO, Nara Regina De Albuquerque Santos; DE OLIVEIRA, Sheyla Costa. A visão do profissional médico sobre a atuação da enfermeira obstetra no centro obstétrico de um hospital escola da cidade do Recife-pe. *Cogitare Enfermagem*, v. 11, n. 1, 30 abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v11i1.5969>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BACKES, Marli Therezinha Stein et al. The prevalence of the technocratic model in obstetric care from the perspective of health professionals. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, suppl 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0689>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BARBOSA, Murillo Bruno Braz et al. Doulas como dispositivos para humanização do parto hospitalar: do voluntariado à mercantilização. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 117, p. 420-429, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811706>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 8 de junho de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94406.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 12 de julho de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5905.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 de junho de 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm#:~:text=Art.,%C3%A1rea%20onde%20ocorre%20o%20exerc%C3%ADcio. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, edição 157, p. 59, 2018b.

Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36849373/do1-2018-08-15-lei-no-13-709-de-14-de-agosto-de-2018-36849337. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Materna e Neonatal: ANS disponibiliza dados importantes na saúde suplementar. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/atencao-materna-e-neonatal-ans-disponibiliza-dados-importantes-na-saude-suplementar>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS**. Brasília, DF, 03 mar 2021. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: 2016a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 516, de 3 de junho de 2016**. Brasília, DF: 2016b. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso516.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal: versão resumida**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC**. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS, 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: **Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia**. ApiceOn, 2018a. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/apice/o-projeto/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

COFEN- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 0516/2016**. Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetriz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-

nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e outros locais onde ocorra essa assistência; estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetriz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, nº 121, p. 92, 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-516-16-parte-1.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

COFEN- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 0564/2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 06 jan. 2023.

COMBELLICK JL, TELFER ML, IBRAHIM BB, NOVICK G, MORELLI EM, JAMES-CONTERELLI S, KENNEDY HP. Midwifery care during labor and birth in the United States. **Am J Obstet Gynecol**. 2023 May;228(5S):S983-S993. doi: 10.1016/j.ajog.2022.09.044. Epub 2023 Mar 23. PMID: 37164503.

FARIAS, Flávia Andréia Pereira Soares dos et al. Autonomy for obstetric nurse on low-risk childbirth care. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 19, n. 2, p. 471-479, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042019000200012>. Acesso em: 3 mar. 2024.

DIAS, Lucas de Paiva; DIAS, Marcos de Paiva. Florence Nightingale e a História da Enfermagem. **Hist. enferm. rev. eletrônica** [Internet], v. 10, n. 2, p. 47-63, 2019. Disponível em: <http://here.abennacional.org.br/here/v10/n2/a4.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GAMA, Silvana Granado Nogueira da et al. Atenção ao parto por enfermeira obstétrica em maternidades vinculadas à Rede Cegonha, Brasil – 2017. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 26, n. 3, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/45jmN5Lrvb9hjnN5nj3YnVj/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jan. 2023.

HERCULANO, Thuany Bento et al. Doulas como gatilho de tensões entre modelos de assistência obstétrica: o olhar dos profissionais envolvidos. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 118, p. 702-713, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811813>. Acesso em: 24 jul. 2024.

JESUS, Milena Silva de; SAID, Fátima Aparecida. AUTONOMIA: CONCEITOS E CORRELAÇÕES COM A PRÁTICA DO ENFERMEIRO. **Rev. enferm. UFPE**, v. 2, n.3, p. 284-290, jul./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/6127/5380>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MAGALHÃES, Tayná Tomé de Souza; TAFFNER, Viviane Barrére Martin. DIFICULDADES PARA A ATUAÇÃO AUTÔNOMA DO ENFERMEIRO OBSTETRA NO BRASIL. **REVISA**, v. 9, n. 4, 2020. Disponível em:

<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/639>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MENDES, Yluska Myrna Meneses Brandão e; RATTNER, Daphne. Estrutura e práticas de hospitais integrantes do Projeto Apice ON: estudo de linha de base. **Rev. Saúde Pública**, v. 54, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/wWgCwMGQs9kMjdDXRZWPTzp/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NICÁCIO, Marina Caldas et al. Percepção das enfermeiras obstétricas acerca de sua identidade profissional: um estudo descritivo. **Online braz j nurs** [internet], v. 15, n. 2, p. 205-214, jun. 2016. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/download/5203/pdf/28646>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NICIDA, Lucia Regina de Azevedo et al. Medicalização do parto: os sentidos atribuídos pela literatura de assistência ao parto no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 11, p. 4531-4546, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.00752019>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OMS- Organização Mundial da Saúde. Appropriate technology for birth. **Lancet**, v. 326, n. 8452, p. 436-437, 24 ago. 1985. PMID: 2863457. Disponível: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673685927503?via%3Dihub>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, n. 4, p. 1039-1061, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3861/386157995009/html/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo et al. PERCEPÇÕES DAS ENFERMEIRAS OBSTETRAS SOBRE SUA FORMAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA E PRÁTICA PROFISSIONAL. **Rev. Min. Enferm.**, v. 22, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1243#:~:text=O%20PRONAENF%20intenta%20incentivar%20a,pelas%20boas%20pr%C3%A1ticas%20e%20evid%C3%Aancia>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PETRY, Stéfany et al. Autonomia da Enfermagem e sua Trajetória na Construção de uma Profissão. **Hist enferm Rev eletrônica** [Internet], v. 10, n. 1, p. 66-75, 2019. Disponível em: <http://here.abennacional.org.br/here/v10/n1/a7.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

POLIT, D.F.; BECK, C.T.. **Delineamento de Pesquisa em Enfermagem**. Em: Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para prática de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PRUSS, Ana Carla Dos Santos Fischer. O ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL REFERENTE À PARTURIÇÃO NAS DÉCADAS DE 1950 e 1960. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/152979/000933387.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2023.

REIS, Thamiza da Rosa dos et al. Enfermagem obstétrica: contribuições às metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 36, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.57393>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ROCHA, Géssica Larissa Barbosa et al. Atuação de doulas no serviço público de saúde. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 10, p. e66, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769237216>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES FERREIRA JÚNIOR, Antonio et al. Percepções de profissionais de enfermagem sobre a humanização em obstetrícia. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/821/492>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SANTOS, Clarice. Autonomia da enfermagem obstétrica na assistência ao parto: uma revisão integrativa. 2021. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem — Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8283/1/Autonomia%20da%20Enfermagem%20Obstétrica%20na%20assistência%20ao%20parto:%20uma%20revisão%20integrativa.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SANTOS, Emillia Conceição Gonçalves dos et al. O Ensino Superior em Enfermagem no Brasil e história das identidades sociológicas. **Research, Society and Development**, v. 11, n.9, e32611931529, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31529/27182>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Flávia Andréia Pereira Soares dos et al. Autonomia do enfermeiro obstetra na assistência ao parto de risco habitual. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, v. 19, n. 2, abr-jun 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/fCRbLTMTqycXhjVrHJRQzjm/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

VELHO, Manuela Beatriz et al. Modelos de assistência obstétrica na Região Sul do Brasil e fatores associados. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 3, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/d9PHq6s8x9cgpKzy4ttf47s/?lang=pt&format=pdf>.
Acesso em: 30 jan. 2023.

VENDRÚSCULO, Cláudia Tomasi; KRUEL, Cristina Saling. A HISTÓRIA DO PARTO: DO DOMICÍLIO AO HOSPITAL; DAS PARTEIRAS AO MÉDICO; DE SUJEITO A OBJETO. **Disciplinarum Scientia**, Ciências Humanas, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/download/1842/1731>.
Acesso em: 23 jan. 2023.

VINUTO, Juliana. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em:
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>.
Acesso em: 23 fev. 2023.

WITISKI, Mateus et al. Barreiras de comunicação: percepção da equipe de saúde/Communication barriers: perception of a healthcare team. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 18, n. 2, 15 jul. 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v18i3.46988>. Acesso em: 23 jul. 2024.

APÊNDICE A - CARTA CONVITE POR VIA ELETRÔNICA

Título do Projeto: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CENTROS OBSTÉTRICOS HOSPITALARES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa cujo objetivo é: Conhecer a percepção de enfermeiras obstetras sobre sua atuação profissional em centros obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Esta pesquisa possui como orientadora e pesquisadora responsável a Prof^a Dr^a Jéssica Teles Schlemmer, de autoria da pesquisadora graduanda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Luane Moreira de Aguiar, com delineamento ao seu trabalho de Conclusão do Curso do Bacharelado em Enfermagem da UFRGS e prosseguimento da pesquisa após o término.

Se você aceitar participar da pesquisa, receberá um email contendo um formulário com questões abertas relativas a sua atuação como enfermeiro em centro obstétrico. Solicitaremos algumas informações pessoais como idade, formação acadêmica e profissional, tempo de assistência em centro obstétrico hospitalar e local de atuação atual, além de perguntas estruturadas sobre a sua percepção do cenário de atuação da enfermagem obstétrica no município de Porto Alegre.

Sua participação na pesquisa não trará riscos profissionais pelo anonimato garantido, porém, os resultados obtidos pelo compartilhamento da sua experiência poderão contribuir para o conhecimento referente ao tema em estudo e propiciar que haja melhorias no cenário obstétrico e na atuação do enfermeiro.

Sua participação é totalmente voluntária, não sendo obrigatória, ou seja, caso não deseje participar, não é necessário assinar este termo, mas caso desista da sua participação, é possível retirar seu consentimento sem prejuízos.

Ressaltamos que este email só possui um remetente e um destinatário a fim de preservar os envolvidos neste diálogo. Está em anexo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que poderá ser assinado em formulário enviado juntamente com as questões da pesquisa, em caso de aceite.

Agradecemos desde já sua atenção e disponibilidade.

Caso aceite participar solicitamos que responda a este email.

Atenciosamente, Luane Moreira de Aguiar.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA A ENFERMEIRAS OBSTETRAS

Dados de identificação

Código da entrevista:

Iniciais do nome completo:

Área de formação:

Tempo de formação:

Curso de especialização: () SIM () NÃO

Se sim:

- Qual?
- De que instituição de ensino?*

Tempo de atuação como enfermeiro obstetra:

Local de atuação atual- hospital: () PÚBLICO () PRIVADO

- Qual?*

Tempo de atuação no local de trabalho atual:

Questões da pesquisa

1. O que você sabe sobre a história do parto e a inserção da enfermagem obstétrica no cenário do parto e nascimento?
2. Quais são as suas atribuições profissionais dentro do cenário de prática que você atua? Considerando: classificação de risco, pré-parto, parto, nascimento, puerpério e cuidados com o recém-nascido.
3. Quais são os principais desafios que você encontra como enfermeiro na assistência ao parto e nascimento no seu local de atuação profissional?
4. Quais são as estratégias que você considera possíveis para aumentar a autonomia do enfermeiro na assistência ao parto no cenário hospitalar?
5. Espaço disponível para elencar o que não foi abordado nas questões anteriores e acha relevante sobre a autonomia do enfermeiro obstetra em centro obstétrico hospitalar.*

(*) elementos não obrigatórios

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nº do projeto: 2153539

CAAE: 70135423.6.0000.5347

Título do Projeto: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIRAS OBSTETRAS SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CENTROS OBSTÉTRICOS HOSPITALARES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa cujo objetivo é: Conhecer a percepção de enfermeiras obstetras sobre sua atuação profissional em centros obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Esta pesquisa possui como orientadora e pesquisadora responsável a Prof^a Dr^a Jéssica Teles Schlemmer, de autoria da pesquisadora graduanda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Luane Moreira de Aguiar, com delineamento ao seu trabalho de Conclusão do Curso do Bacharelado em Enfermagem da UFRGS e prosseguimento da pesquisa após o término.

Se você aceitar participar da pesquisa, solicitaremos algumas informações pessoais como idade, formação acadêmica e profissional, tempo de assistência em centro obstétrico hospitalar e local de atuação atual, além de perguntas semi-estruturadas sobre a sua percepção do cenário de atuação da enfermagem obstétrica no município de Porto Alegre.

Tanto a entrevista quanto a assinatura deste TCLE serão realizadas por meio de um formulário eletrônico do google, de forma online. O preenchimento do formulário levará aproximadamente 30 minutos. Na primeira página do formulário, este TCLE está descrito e disponibilizado para assinar logo abaixo “aceito o convite” ou “recuso o convite, não prosseguir” antes de responder às perguntas da pesquisa, o que servirá como a sua assinatura, disponível neste link: <https://forms.gle/MStCrqMzdoBCzJny9>. As respostas serão gravadas em documento do google mediante seu consentimento e logo salvas em dispositivo eletrônico local, sem disponibilidade em quaisquer plataformas virtuais, apagando todo e qualquer registro de ambiente compartilhado ou "nuvem", de acordo com a Carta Circular nº 1/2021 da CONEP, mantidas em pasta segura, guardadas pelo período de cinco anos e analisadas pela pesquisadora, com acesso dos dados apenas à autora da pesquisa e à orientadora. Os dados coletados serão tratados confidencialmente, e os resultados apresentados de forma conjunta sem identificação - seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Sua participação na pesquisa não trará benefícios diretos aos participantes e não trará riscos profissionais pelo anonimato garantido, porém, os resultados obtidos pelo compartilhamento da sua experiência poderão contribuir para o conhecimento referente ao tema em estudo e propiciar que haja melhorias no cenário obstétrico e na atuação do enfermeiro.

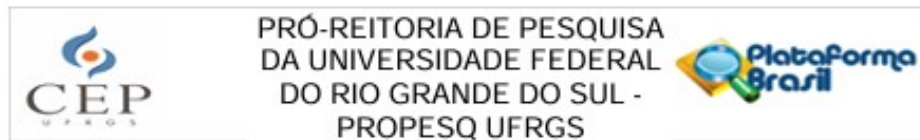
Sua participação é totalmente voluntária, não sendo obrigatória, ou seja, caso não deseje participar, não é necessário assinar este termo, mas caso desista da sua participação, é possível retirar seu consentimento sem prejuízos.

Pagamentos e custos de participação não estão previstos. Entretanto, caso ocorra algum dano ou intercorrência resultante da sua participação na pesquisa, você receberá o atendimento necessário, sem custo pessoal.

Caso tenha dúvidas referentes a esta pesquisa ou este TCLE, você poderá entrar em contato com a orientadora Prof^a Dr^a Jéssica Teles Schlemmer pelo telefone (51) 981772827 ou pelo e-mail jeteles.enf@gmail.com ou com a pesquisadora Luane Moreira de Aguiar pelo telefone (51) 993529906 ou pelo e-mail Imaguiar.enf@gmail.com. Ou, ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nisso, salienta-se que, o projeto foi avaliado pelo CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar, emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos, realizados no âmbito da instituição, localizado na Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Fone: +55 51 3308-3787 - e-mail: etica@propesq.ufrgs.br; horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

De acordo com a Resolução CNS n.º 466, de 2012, a assinatura deste termo não exclui o direito de buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Para salvar uma cópia desse termo, faça a impressão do mesmo, enviado no e-mail convite, ou salve um print da tela. Você também poderá entrar em contato por e-mail com as pesquisadoras para solicitar uma cópia deste TCLE à qualquer momento.

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS OBSTETRAS SOBRE SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CENTROS OBSTÉTRICOS HOSPITALARES DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL

Pesquisador: Jéssica Teles Schlemmer

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 70135423.6.0000.5347

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.291.591

Apresentação do Projeto:

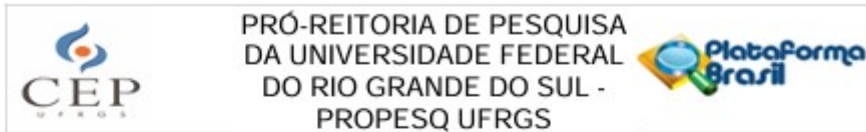
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Informações Básicas da Pesquisa n.º 2153539, datado em 03/09/2023, e Projeto Detalhado, arquivo

Projeto percepcoesenfbobstetraplataformabrasil03092023.pdf

Introdução:

Trata-se de um projeto de abordagem qualitativa que tem por objetivo conhecer a percepção de enfermeiros obstetras sobre sua atuação profissional em centros obstétricos hospitalares da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; e também descrever como ocorre a prática assistencial de enfermeiros obstetras na realidade de centros obstétricos da cidade de Porto Alegre e identificar quais os maiores desafios enfrentados por enfermeiros obstetras na atuação ao parto e nascimento nos seus locais de atuação. Como justificativa o projeto descreve que ao longo de décadas ocorreram diversas modificações na assistência ao parto e nascimento. Também descreve as variações e disputas relativas ao profissional que presta atenção ao parto e nascimento, assim como ao local que este ocorre e a forma como é atendido: da parteira ao médico cirurgião, do domicílio a uma sala cirúrgica, do natural ao intervencionismo (VENDRÚSCULO; KRUEL, 2015). Em meio às mudanças, surge o profissional enfermeiro como um dos agentes essenciais para a

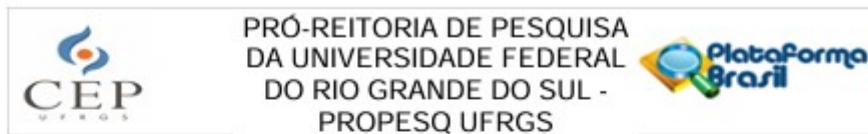
Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3787 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 6.291.591

assistência ao parto e nascimento recomendadas pelas diretrizes nacionais de assistência ao parto normal (BRASIL, 2017). Diversas evidências ao longo dos últimos anos têm demonstrado que as intervenções obstétricas influenciam em maior taxa de morbimortalidade materna e perinatal. Quando o profissional que assiste ao parto é enfermeiro, o número de intervenções é reduzido, pelo respeito da categoria ao processo de parturição fisiológico, com transmissão de segurança e conforto, proporcionando autoconfiança e protagonismo às mulheres (REIS et al., 2015; GAMA et al., 2021). Por apresentar vantagens em relação a essa redução do intervencionismo e uma maior satisfação das mulheres, o Ministério da Saúde recomenda que os gestores de saúde proporcionem condições para a implementação de modelo de assistência que inclua a enfermeira obstétrica e obstetrix na assistência ao parto de baixo risco (BRASIL, 2017). Porém, o cenário de assistência ao parto normal por enfermeiros obstetras ainda não é o que prevalece no país. Mesmo com a legislação profissional da enfermagem garantindo plena autonomia dos profissionais em todas as áreas de prática clínica, a falta de visibilidade destes a nível sociocultural dificulta o seu agir autônomo, com a ideia de que necessitam estar a todo o momento sob supervisão de alguma outra classe trabalhadora, e, mesmo com todas as evidências e recomendações nacionais e internacionais, essa premissa afeta ainda em grande parte o cenário obstétrico brasileiro, em que o profissional enfermeiro é ainda pouco inserido na atenção ao parto e nascimento (JESUS; SAID, 2008). Atualmente, ocorrem anualmente aproximadamente 3 milhões de nascimentos no Brasil, destes, 98% deles acontecem em ambiente hospitalar, sejam públicos ou privados. O hospital, com os avanços da tecnologia dos serviços na área obstétrica, contribui para redução da morbidade e mortalidade das mulheres de alto risco, mas, em controvérsia, é um local suscetível a altas taxas de intervenções desnecessárias, como o uso rotineiro de episiotomia, o uso de ocitocina padronizado, a cesariana eletiva e/ou sem indicação obstétrica, aspiração nasofaríngea do recém-nascido, entre outras (BRASIL, 2017). Analisando a literatura que compara taxas de intervenção com classe profissional como a de Reis et al. (2015), esses dados podem representar um indicador referente a pouca atuação dos enfermeiros obstetras na assistência ao parto no ambiente hospitalar, pelo fato destes lançarem mão de menos intervenções durante sua assistência. O Brasil possui a segunda maior taxa de cesariana do mundo, com 56,3% (em 2019) e 57,2% (em 2020) dos nascimentos que aconteceram no país tendo sido pela via cirúrgica. O preconizado pela OMS (1985) é uma taxa de 10% a 15%, o que também pode ser um dos grandes limitadores da atuação da enfermagem obstétrica, uma vez que estes profissionais não são habilitados para assistirem de forma autônoma nascimentos cirúrgicos (BRASIL, 2020). Devido ao fato do Brasil demonstrar-se um país com taxas de intervenções obstétricas elevadas e ser pouco

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farrowilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3787 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 6.291.591

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2153539.pdf	03/09/2023 19:41:59		Aceito
Outros	CartarespostapendenciasCEP03092023.pdf	03/09/2023 19:41:49	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE03092023.pdf	03/09/2023 19:40:21	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPercepcaoEnfobstetraPlataformaBrasil03092023.pdf	03/09/2023 19:40:00	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostopercepcaoenfobstetra.pdf	01/06/2023 15:11:38	Jéssica Teles Schlemmer	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 11 de Setembro de 2023

Assinado por:
Patrícia Daniela Melchioris Angst
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3787 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br